

GLOBALIZAÇÃO E TEORIA DA DEPENDÊNCIA: CONSEQUÊNCIAS A CLASSE TRABALHADORA

Andreia Andrade dos Santos¹; Rosembergue Valverde²; Daniel Nogueira Silva³

1 Bolsista do PET/MEC - SESU, Graduanda do Curso de Ciências Econômicas; Universidade Estadual de Feira de Santana, email: andreiaandradeds@gmail.com

2 Orientador, Doutor em Economia pela Universidade de Paris XVIII, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Feira de Santana, email: r-valverde@uol.com.br

3 Bolsista do PET/MEC - SESU, Graduando do Curso de Ciências Econômicas; Universidade Estadual de Feira de Santana, email: lider.daniel12@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Globalização; Dependência; Precarização do trabalho.

INTRODUÇÃO

A globalização, em todas as áreas que abrangeu, gerou um processo de transformações. Sua origem e suas consequências podem envolver diversos aspectos, pois ela é, sem dúvida, uma realidade política, cultural e econômica (SANTOS, 2006). Sua existência é resultado de decisões tomadas por oligopólios e bancos mundiais, além de alguns governos nacionais, o que faz com os resultados de tão grande acontecimento seja benéfico apenas para alguns poucos, como àqueles que a “formularam”. Não há como falar de globalização sem abranger a dependência dos países subdesenvolvidos aos países do centro, e de como esses primeiros tem que se adaptarem as demandas destes últimos. Essas mudanças são ligadas a minimização do Estado, atração de investimentos estrangeiros, envio de lucros para exterior, conjuntamente com a abertura comercial. As empresas nacionais, para se adaptar as exigências estrangeiras e suportar a concorrência mundial, são obrigadas a cortar custos para tentar superar a diminuição dos lucros. Esses cortes estiveram estritamente ligados ao corte de trabalhadores, diminuição de salários e utilização de terceirizados em suas empresas. O objetivo deste trabalho é compreender as transformações ocorridas no mundo do trabalho a partir da análise da globalização financeira e da dependência dos países subdesenvolvidos em relação aos países centrais.

METODOLOGIA

Para analisar a globalização no seu sentido mais amplo, e principalmente os seus impactos aos trabalhadores e a superexploração que estes últimos passaram a sofrer de forma mais intensa, foi preciso compreender o início desse processo (de globalização), através de referenciais teóricos já publicados, tendo em vista que sua intensificação foi mais notada a partir da década de 70. Para este trabalho foi utilizado a metodologia da pesquisa bibliográfica, que utiliza como base teórica referências retiradas de livros e artigos, para auxiliar na explicação do problema em estudo.

DISCUSSÃO

A globalização da economia foi impulsionada pelas políticas neoliberais, gerando consequências, como a pequena intervenção do governo no mercado de trabalho, privatização

das empresas estatais e externalização das atividades. A transferência de atividades produtivas para localidades onde não há, ou existe de forma excessivamente precária, uma regulamentação dos direitos trabalhistas e onde a força de trabalho tem um preço muito baixo, vem para gerar ganhos de produtividade e a possibilidade das empresas enfrentarem a concorrência mundial. Isso ocorre devido à redução dos custos conseguida pela superexploração dos trabalhadores e trabalhadoras, que se vêm cada vez mais impossibilitados de escolherem melhores trabalhos, já que as formas mais precárias são as únicas que lhes restam.

A subordinação dos países conhecidos como periféricos aos países do “centro” fazem desses primeiros locais de luta por mercado e grandes lucros (pelos centrais). A teoria da dependência expressa a subordinação dos países atrasados aos países desenvolvidos e como, a partir disso, a burguesia nacional dos países da periferia utilizam-se da superexploração do trabalho para ampliar sua mais-valia, já que esta teria que ser dividida com os países dos quais são subordinados. (MARINI, 2000)

Com a “nova dependência”, quando manteve-se o subdesenvolvimento e a permanência da dependência dos países com essa característica apesar do desenvolvimento da indústria interna, os países periféricos se tornaram dependentes de investimentos externos, tecnologias, envio de remessas de lucro e imposição de políticas neoliberais. Para MARINI (2000), a dependência é “entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2000, p.109). O desenvolvimento dos países das economias centrais ocorreriam, assim, às custas do subdesenvolvimento dos países periféricos, pela transferência de parte dos “lucros” da periferia e de seu acúmulo nos países do centro.

A mundialização do capital tem como marco histórico a recessão ocorrida na década de 70, momento este marcado pelo início de uma longa crise. Foi a partir daí que o capital tentou de todas as formas retomar seu crescimento através da busca pelo rompimento com as relações sociais, além de recuar leis e regulações que barravam sua expansão. Passam a ocorrer mudanças nas relações entre capital e trabalho, capital e Estado, e a volta do capital à liberdade de movimentar-se livremente pelo mundo, causando grandes problemas aos países subordinados, já que estes não tinham capacidade tecnológica para concorrer no âmbito internacional.

A globalização ao mesmo tempo em que gera cada vez mais ganho, concentra o capital, e deixa as economias periféricas, que já eram subordinadas às instituições internacionais, “sujeitas” a liberdade do mercado e a concorrência mundial. As empresas nacionais são obrigadas a cortar custos para continuarem em funcionamento, e para isso, se voltam principalmente ao capital variável. Cortam-se, assim, trabalhadores (gerando um aumento dos desempregados), parte dos gastos com trabalho é transferido para empresas terceirizadas e há corte de salários daqueles que permanecem nas empresas.

A precarização do trabalho não é algo característico apenas dos dias atuais e da pós-crise de 70 (quando, aos poucos, o mundo foi dando lugar ao pós-fordismo), mas vem de antes. No próprio fordismo, a superexploração do trabalho foi um dos motores, porém não era incompatível com expansão de empregos, nem com a solidariedade entre os trabalhadores ou com a expansão do sindicalismo. Foi após a crise do modelo fordista que a produção mudou, “...orientados por uma lógica de pequenos lotes, consumo individualizado, trabalho em células, e unidades de produção flexível, com acentuada diminuição de trabalhadores nas

empresas, intensificação do trabalho e das exigências profissionais.” (DAU, RODRIGUES e CONCEIÇÃO, 2009, p.14).

Além disso, não há como deixar de considerar a concepção de Estado Mínimo intensificada nesse período. O Estado tira de si a responsabilidade nos papéis de regulador da economia e de promotor de políticas públicas, deixando o mercado a mercê das grandes empresas.

Dos tipos de precarização no trabalho, a terceirização foi a que mais se expandiu. Esse tipo de trabalho piorou as condições de emprego, aumentou o trabalho precário e informal e criou uma polarização entre os trabalhadores: uma diferenciação entre aqueles que são mais precarizados (como os terceirizados) e dos trabalhadores que são menos precarizados (como os diretamente contratados pelas empresas). Essas disparidades entre os próprios trabalhadores fazem com que, em uma mesma empresa, por exemplo, trabalhem lado a lado trabalhadores que cumprem a mesma função, mas que seguem normas diferenciadas de salários, jornada de trabalho, segurança, entre outros. A exclusão social e o aumento da competição, além do individualismo, são algumas das conseqüências para aqueles que trabalham (ANTUNES, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado parcial deste trabalho, podemos concluir que a ideologia da globalização, fomentada com o apoio da utilização de políticas neoliberais através da minimização do Estado, é vista como uma saída para superar a crise iniciada na década de 70. Os países subdesenvolvidos, principalmente, tiveram que sofrer uma reestruturação produtiva, que inevitavelmente objetivaram destruir as organizações sindicais (ou qualquer outra instituição que queira barrar a valorização do capital) e submeter ainda mais os países subdesenvolvidos aos países centrais.

As conseqüências mais graves, quando analisamos os impactos à classe trabalhadora, foram as mudanças no mundo do trabalho, principalmente após tais acontecimentos, como resultado das modificações dentro do próprio modo de produção capitalista, pela constituição de um novo modo de acumulação de capital. As mudanças foram significativas no sentido de dar uma nova forma a classe trabalhadora, dando abertura para o surgimento de um novo e precário mundo do trabalho, marcado pelo desemprego estrutural. Para aqueles trabalhadores que continuaram submetidos à exploração, seus empregos foram alvo de intensa precarização. Cortes nos salários e utilização de terceirizados como forma de diminuir os custos foram alguns dos meios utilizados pelas empresas.

A terceirização tornou-se comum entre as empresas, principalmente no pós-fordismo. Tal modo de trabalho é camuflado ao ser chamado de serviços especializados, sendo caracterizado, na verdade, pela precarização e pelo aumento da competição entre os próprios trabalhadores, que se vêem tratados de formas diferentes, mesmo tendo as mesmas funções, nas mesmas localidades. (MARCELINO, 2007). Desta forma, não há como negar a direta ligação da globalização e da dependência entre os países, marcados pela abertura dos mercados, com o desemprego e a intensificação da precarização do trabalho.

BIBLIOGRAFIA.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 13ª edição rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2008. 212p.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência.** Petrópolis. Ed. Vozes, 2000.

DAU, Denise Motta; RODRIGUES, Iram Jácome; CONCEIÇÃO, Jefferson José da. **Terceirização no Brasil: Da discurso da inovação à precarização do trabalho.** 1ª Ed. São Paulo: Anna Blume, 2009. 301p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal.** 13. ed. Rio de Janeiro: Record Editora, 2006. 174p.

MARCELINO, Paulo. **Afinal, o que é Terceirização? Em Busca de Ferramentas de Análise e de Ação Política.** Pegada, 2007, nº2, vol.8, p. 55-71.